



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

## **PROJETO DE LEI Nº 16711/2023**

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

**APROVA:**

**Institui o Estatuto do Nascituro no âmbito do Município de Maringá e dá outras providências.**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Preliminares**

**Art. 1.º** Fica instituído o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral ao nascituro e dá outras providências.

**Art. 2.º** Para os fins desta Lei, considera-se nascituro o ser humano concebido, mas ainda não nascido.

**Parágrafo único.** O conceito de nascituro inclui os seres humanos concebidos “*in vitro*”, os produzidos por meio de clonagem ou por outro meio científico e eticamente aceito.

**Art. 3.º** O nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana é reconhecida desde a concepção, conferindo-lhe proteção jurídica por meio deste estatuto e da lei civil e penal.

**Parágrafo único.** O nascituro goza da expectativa do direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e a todos os demais direitos da personalidade.

**Art. 4.º** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, a expectativa do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

**Art. 5.º** Nenhum nascituro será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, à expectativa dos seus direitos fundamentais.

**Art. 6.º** Na interpretação desta Lei, levar-se-á em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar do nascituro como pessoa em desenvolvimento.

### **CAPÍTULO II**

## **Dos Direitos Fundamentais**

**Art. 7.º** O nascituro deve ser objeto de políticas sociais públicas que permitam seu desenvolvimento sadio e harmonioso e o seu nascimento, em condições dignas de existência.

**Art. 8.º** Ao nascituro é assegurado, na rede municipal, o atendimento em igualdade de condições com a criança já nascida.

**Art. 9.º** É vedado ao Poder Público e aos particulares discriminar o nascituro, privando-o da expectativa de algum direito, em razão do sexo, da idade, da etnia, da origem, da deficiência física ou mental ou da probabilidade de sobrevivência.

**Art. 10.** O nascituro com deficiência terá à sua disposição todos os meios terapêuticos e profiláticos existentes para prevenir, reparar ou minimizar suas deficiências, haja ou não expectativa de sobrevivência extra-uterina.

**Art. 11.** O diagnóstico pré-natal respeitará o desenvolvimento e a integridade do nascituro e estará orientando para sua salvaguarda ou sua cura individual.

§ 1.º O diagnóstico pré-natal deve ser precedido do consentimento informado dos pais.

§ 2.º É vedado o emprego de métodos de diagnóstico pré-natal que façam a mãe ou o nascituro correrem riscos desproporcionais ou desnecessários.

§ 3.º O diagnóstico a que se refere o *caput* deste artigo jamais será feito com o fim de eventualmente abortar o nascituro.

**Art. 12.** É vedado ao Poder Municipal e aos particulares causar qualquer dano ao nascituro em razão de um ato delituoso cometido por algum de seus genitores.

**Art. 13.** O nascituro concebido em um ato de violência sexual não sofrerá nenhuma discriminação ou restrição de direitos, assegurando-se-lhe, ainda, os seguintes direitos:

I – direito prioritário à assistência pré-natal, com acompanhamento psicológico da gestante;

II – direito à pensão alimentícia equivalente a 1 (um) salário-mínimo, até que complete 18 (dezoito) anos;

III – direito prioritário à adoção, caso a mãe não queira assumir a criança após o nascimento.

§ 1.º Se for identificado o genitor, será ele o responsável pela pensão alimentícia a que se refere o inciso II deste artigo.

§ 2.º Se não for identificado o genitor, ou se ele for insolvente, a obrigação recairá sobre o Município.

**Art. 14.** A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.

**Art. 15.** Sempre que, no exercício do poder familiar, colidir o interesse dos pais com o do nascituro, o Ministério Público requererá ao Juiz que lhe dê curador especial.

**Art. 16.** Dar-se-á curador ao nascituro, se o pai falecer estando grávida a mulher, e não tendo o poder familiar.

**Parágrafo único.** Se a mulher estiver interdita, seu curador será o do nascituro.

**Art. 17.** O nascituro tem legitimidade para suceder.

**Art. 18.** A mulher que, para garantia dos direitos do filho nascituro, quiser provar seu estado de gravidez, requererá ao Juiz que, ouvido o órgão do Ministério Público, mande examiná-la por um médico de sua nomeação.

§ 1.º O requerimento será instruído com a certidão de óbito da pessoa, de quem o

nascituro é sucessor.

§ 2.º Será dispensado o exame se os herdeiros do falecido aceitarem a declaração do requerente.

§ 3.º Em caso algum a falta do exame prejudicará os direitos do nascituro.

**Art. 19.** Apresentado o laudo que reconheça a gravidez, o Juiz, por sentença, declarará a requerente investida na posse dos direitos que assistam ao nascituro.

**Parágrafo único.** Se à requerente não couber o exercício do poder familiar, o Juiz nomeará curador ao nascituro.

**Art. 20.** O nascituro será representado em juízo, ativa e passivamente, por quem exerça o poder familiar, ou por curador especial.

**Art. 21.** Os danos materiais ou morais sofridos pelo nascituro ensejam reparação civil.

### CAPÍTULO III

#### Disposições finais

**Art. 22.** Nenhuma disposição do presente Estatuto poderá ser interpretada como autorizando o exercício de qualquer atividade ou a prática de qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos nele estabelecidos.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder, 05 de junho de 2023.**

**CRIS LAUER**  
**Vereadora-Autora**



Documento assinado eletronicamente por **Cristianne Costa Lauer, Vereadora**, em 27/06/2023, às 16:03, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0299117** e o código CRC **745D4AA9**.